

Sarney - 4 MAR 1987  

# O passado no futuro

deputado Egídio Ferreira Lima, dos mais lúcidos do PMDB, acha que o presidente José Sarney recorre com freqüência ao populismo porque sente a falta de legitimidade de seu Governo. O objetivo seria legitimar o Governo pelo apoio popular, o que tem sido constatado na preocupação com as pesquisas de opinião. Chegou-se ao absurdo de anunciar 97% de aprovação, o que o tornaria mais popular que os deuses.

A legitimidade do mandato do presidente José Sarney é discutível. Não a sua legalidade, apesar do próprio Governo definir como "entulho autoritário" a Constituição pela qual se constituiu. O que se debate é sua legitimidade pois é claro que o sr. Sarney não seria eleito Presidente da República. O eleito, sabemos todos, foi Tancredo Neves, que legitimou-se através da campanha das eleições diretas, não pela reunião de um Colégio Eleitoral contestado.

Essa questão — a legitimidade — está na raiz de todos os movimentos para reduzir o mandato do Presidente da República ou transformar o regime. É notório que, apesar de seus esforços, o Presidente não convenceu o povo de que o seu Governo é diferente do regime militar, do qual foi um dos expoentes. Decorre, desse fato, o timbre irregular de estranhas afirmações sobre "herança maldita", "caos herdado", "lixo autoritário" etc.

Com esse peso nas costas, não diria na consciência, o Presidente tem procurado apresentar-se como sendo do PMDB, o Partido que enfrentou durante anos e criticou em momentos graves, como, por exemplo, a despedida de Tancredo Neves do Senado, quando foi o único pronunciamento destoante. Ocorre que a adaptação, por melhor que seja o disfarce, não é tão fácil e sempre haverá uma desconfiança mútua.

Essa desconfiança estourou na redação do § 7, do art. 57 do Regimento Interno da Constituinte, que permite a alteração da Constituição pela maioria absoluta. Tivesse o Presidente da República confiança no PMDB (54%) e no PFL (26%) e não teria que se preocupar com essa alteração. Ao contrário. Poderia aproveitá-la para antecipar modificações exigidas pela sociedade, cada vez mais preocupada com o marasmo do Governo.

A falta de legitimidade, denunciada por setores do PMDB, e a insegurança em relação ao PMDB juntaram-se para levar o Governo a repudiar o § 7, art. 57, transformado, em consequência dos temores oficiais, como um ato de deposição. E nesse contexto que se comprehende a frase do Presidente da República de que não tem vocação para Kerensky, dita aos líderes do PFL no sábado último, após haver se queixado ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, do tratamento que tem recebido.

A análise isenta mostra que as crises tornam-se cada vez mais freqüentes neste Governo, um sinal indiscutível de tempestades. Para combater o PMDB, o Presidente contou com o PFL, que, mesmo tendo sido desprezado, está às ordens. Para enfrentar a queda de popularidade — está com apenas 19% — com quem contará? Desse resposta dependerá o futuro.

JOÃO EMILIO FALCÃO